

A FORMA-SUJEITO DO DISCURSO E SUAS MODALIDADES DE SUBJETIVAÇÃO: um contraponto entre saberes e práticas.

Ana ZANDWAIS

UFRGS

Busquei parte de um capítulo de “Semântica e Discurso” intitulada “A forma-sujeito do discurso na apropriação dos conhecimentos científicos e da política do proletariado” para tratar de uma questão que está relacionada diretamente com a especificidade do trabalho que venho desenvolvendo, ao longo destes anos, no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS e que tematiza as práticas políticas/discursivas da classe proletária no Brasil desde a Primeira República. Ao tratar das questões propostas por Pêcheux, no entanto, não poderei me ater especificamente à prática política do proletariado brasileiro, em busca de condições para emancipar-se econômica, política e culturalmente, mas concentrarei meus esforços, sobretudo, em uma leitura de práticas políticas do proletariado soviético, após a Revolução Bolchevique, tomadas do testamento político de Vladimir Ilitch¹, uma vez que a própria forma de condução do texto de Pêcheux, a respeito das formas de apropriação subjetiva de saberes sobre os campos político e científico toma como fundamento para sua discussão domínios de saberes marxista-leninistas, o que, segundo nosso ponto de vista, o aproxima, senão de modo mais direto, pelo menos de modo mais crítico, da prática política “bolchevique” de feição leninista.

Em seu célebre texto intitulado “Remontemos de Spinoza a Foucault, ao afirmar que nem “Marx, nem Lênin ou qualquer dos pensadores políticos do marxismo-leninismo debruçaram-se senão genericamente sobre as relações entre língua, discurso e ideologia, Pêcheux(1980) já revela uma preocupação rara, mesmo entre os filósofos da linguagem marxistas: sair tanto da esfera

¹ Reportamo-nos aos textos “Êxitos e dificuldades do poder soviético”(1974), publicado pela primeira vez em “Obras Escolhidas” e “I Congresso de toda Rússia para Alfabetização de Adultos” (1974), publicado também, pela primeira vez, no Pravda,.

de uma leitura filosófica, compartimentada em relação às questões de linguagem, como da esfera de uma leitura imediatista do materialismo histórico e dialético, a fim de tratar sobre “como conceber as formas através das quais as idéias entram em luta” na história, na língua e no discurso, sem fragmentar as relações, essenciais para um estudo materialista, entre as práticas científica e política. E é justamente, a partir de uma convicção sobre a necessidade de solidificar tais princípios que Pêcheux, em “Semântica e Discurso(1988) irá afirmar que os dispositivos que servem à investigação, no âmbito de uma teoria materialista, devem ser simultaneamente alimentados por questões epistemológicas e práticas políticas, de tal modo que a história da produção dos conhecimentos não esteja acima ou segmentada da prática política.(ibid.p.190)

Tais considerações, com as quais não somente estamos de pleno acordo, mas que têm sido objeto de controvérsia entre filósofos e lingüistas, sendo fundamentais para nós, dentro e fora da academia, acabaram por motivar este estudo, que visa a abordar as relações entre forma-sujeito e modalidades de subjetivação, não tratadas simplesmente como conceitos puramente filosóficos, senão como categorias analíticas, passíveis de observação e de questionamento em face de suas intersecções com acontecimentos históricos que se discursivizam na linguagem. Diante da preocupação de realizar a tarefa de que nos incumbimos, procuraremos, então, entrelaçar questões relativas aos conceitos teóricos propostos por Pêcheux com questões vinculadas ao campo da prática política proletária, buscando, assim, trabalhar dentro de uma perspectiva capaz de desafiar os limites de recobrimento entre conceitos e práticas sociais discursivizadas, como acontecimentos históricos. Este é, pois, o escopo do nosso trabalho.

Começemos, então, definindo as bases teóricas que nortearão este estudo.

Sob o ponto de vista teórico, Pêcheux(1988:206) situa a prática política na perspectiva de um processo, de modo que as condições de observação da prática política, segundo ele, não podem ser entendidas fora de um

contexto histórico ou simplesmente como um conjunto de ações meramente desencadeadas, por intencionalidade ou por deliberação. Já, sob o ponto de vista metodológico, segundo Pêcheux, a observação da prática política não pode ser enquadrada, analiticamente, em um conjunto de procedimentos experimentais que venham a reduzir-se a efeitos empíricos decorrentes das condições de individualização dos saberes que dominam uma forma-sujeito, uma vez que esta, por não ser estanque e constituir-se no seio de contradições e de relações desiguais, compatibiliza-se, portanto, com relações contraditórias de reprodução/transformação.

Cabe ressaltar, desde já, que ao tratar das ideologias ou dos saberes que dominam as formações ideológicas, no seio da luta de classes, Pêcheux(1994) não se refere às relações de produção/transformação de modo estanque, de tal forma que sustenta a não localização, de um lado, do que contribui para a reprodução e, de outro, do que contribui para a transformação, de tal modo que as ideologias estão sujeitas tanto à regionalidade como à heterogeneidade dos campos de saberes que compreendem(ética, justiça, religião, educação,etc..), bem como às contingências históricas em que são mobilizadas, trabalhando sob forma desigual.

Ao tomar, de modo mais específico, por outro lado, a prática discursiva, como uma forma de materialização da prática política no domínio simbólico da linguagem, Pêcheux(1988:213) observa que “toda prática discursiva está, sobretudo, inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das formações discursivas, o que vem a caracterizar a materialidade da instância ideológica por condições históricas reflexas nas práticas discursivas, sendo necessário subtrair-se dessa relação a homogeneidade, a transparência e a circularidade dos efeitos da prática política no campo discursivo.

É, pois, sublinhando estas passagens, por considerarmos sua fundamental importância para a sustentação de princípios que permitem explicar, com base em Pêcheux, o fato de que as Fds mantêm entre si

relações de determinação dissimétrica, de modo a constituir um trabalho incessante de reconfiguração, e também considerando que é justamente esse processo de reconfiguração, o qual pode desdobrar-se como modalidades de recobrimento-reprodução-reinscrição, que encontramos um espaço para tratar da relação entre prática discursiva e modos de subjetivação do sujeito.

Portanto, para fins deste estudo interessa, sobretudo, tratar do modo como o sujeito se desdobra como efeito do complexo de relações desiguais, contraditórias e sobredeterminadas que permeiam sua condição de sujeito interpelado, e, ao mesmo tempo, como enunciador, tornando-se sujeito à/de sua palavra.

Esta reflexão, por outro lado, parece-nos ser, às vezes, inalcançável. Por quê? Porque as modalidades que relacionam os diferentes processos pelos quais passam as relações de identificação dos indivíduos com o Sujeito Universal(as ideologias) não são evidentes, nem diretamente apreensíveis, enquanto formas de apropriação/reprodução/transformação de efeitos pré-construídos que dominam os sentidos de seu dizer. Representam, assim, diferentes modalidades de “captura” do sujeito em seu processo de assunção de uma identidade. E, por isso, colocam em jogo várias questões, dentre as quais destacamos: a) a questão do efeito do complexo das formações discursivas na forma-sujeito; b) as relações que o sujeito mantém com a forma-sujeito, as quais caracterizam seu modo de subjetivação ou de inscrição em uma ordem simbólica histórico-social.

Em relação à primeira, pode-se dizer que está afetada, sobretudo, pelas noções de inconsciente, esquecimento, e interpelação. Em relação à segunda, queremos dar destaque à relação entre identificação, identidade e enunciação, porém cabe, desde já, considerar que a individualização destas categorias torna-se quase impossível, pois se a interpelação do indivíduo em sujeito se dá pela identificação com um Sujeito universal, esse processo contempla, de forma quase indivisível, o próprio desdobramento do indivíduo

em: a) um sujeito inscrito por determinações históricas e pela ordem do simbólico em uma forma-sujeito; b) um sujeito-enunciador que toma posições a partir do lugar em que se reconhece como sujeito, e, portanto, se coloca em seu discurso como portador de uma identidade que acredita ser objeto de sua livre opção. Por outro lado, para Pêcheux(ibid.,p.214), como o desdobramento do sujeito entre o sujeito universal e o sujeito-enunciador não é simples e nem mesmo homogêneo, este passa a ser representado por diferentes modalidades de recobrimento/ subjetivação, que permitem apresentar alguns aspectos dessa relação complexa., e apenas metodologicamente, dividida, segundo nosso ponto de vista, uma vez que acreditamos ser possível, a um mesmo sujeito, colocar-se sob diferentes formas da “captura” ao longo de sua história. Vamos a elas, então.

Na primeira modalidade, segundo Pêcheux, há uma identificação plena entre os saberes que identificam o sujeito-universal e o indivíduo que se reconhece como sujeito no interior de uma Fd, de tal modo que o sujeito ao ser interpelado, ao reconhecer-se, pela forma-sujeito, identifica-se plenamente com a eficácia dos saberes circunscritos pela forma-sujeito , assumindo o papel do sujeito-enunciador”senhor soberano das razões que o apresentam como sujeito”, e as quais ele representa, nesse processo de captura exitosa. Um exemplo típico dessa modalidade de subjetivação seria o do militante que reproduz, por exemplo, “as palavras de ordem” do seu Partido, para sustentá-las como argumentos em seu discurso, sem desconfiar de que as palavras que toma como suas não são propriamente suas, ou ainda das possíveis brechas a que tais argumentos possam remeter.

A segunda modalidade, ao contrário, caracteriza um processo de contra-identificação entre o sujeito-enunciador e o sujeito universal; ou seja, o sujeito-enunciador se volta contra o sujeito universal através da dúvida, do questionamento, da contestação e da revolta, lutando contra as evidências não-questionáveis que lhes são apresentadas pelo sujeito do saber de uma Fd, nos termos de Courtine(1981), a partir do próprio lugar em que se inscreve como sujeito; ou seja, como a captura não é tão plena, ele

“desconfia” da eficácia dos saberes do Sujeito universal, embora não os desacredite, e passa a intervir no processo de reformulação dos saberes que o representam, passando a representar-se sob a modalidade de uma posição contraditória no interior da forma-sujeito que o circunscreve. A fim de ilustrar esta questão, Pêcheux coloca em destaque as práticas políticas reformistas e revisionistas, tão conhecidas por nós brasileiros, sobretudo no seio dos Partidos populistas, e que, ciclicamente, se produzem no interior de uma ou outra Fd, como que para reordená-la, reorientá-la, em face das lacunas que o sujeito diz reconhecer, de forma mais ou menos consciente, com base nas relações conflitantes que mantém com os saberes próprios desta Fd.

Por outro lado, ao ilustrar as relações de contra-identificação entre o sujeito-enunciador e o sujeito-universal, Pêcheux passa a colocar em destaque também uma outra questão objetiva que, para nós, adquire uma importância capital e que traduzimos sob a forma de um questionamento: isto não se deveria ao fato de que o campo da prática política não se desenrola de forma tão harmônica, tão simétrica às condições em que circulam os saberes que são próprios às Fds? **Não haveria um hiato entre ambos?**² A fim de trazer algumas luzes à questão, voltamos, então, ao próprio Pêcheux(1988), que ao debruçar-se sobre a terceira modalidade, já nos aponta alguns caminhos, uma vez que para tratar da terceira modalidade de subjetivação, Pêcheux precisa penetrar, de modo mais acurado, nos limiares da prática política; isto é, no ponto em que se faz necessário desatar alguns nós que articulam a prática política à prática científica, a partir das questões que a própria história coloca diante do autor como um desafio.

Ao estabelecer aspectos que diferenciam as ideologias proletárias das ideologias da classe dominante em uma formação social dominada pelo modo de produção capitalista, Pêcheux destaca os conhecimentos que elas integram, via reprodução de efeitos de significação, uma vez que as ideologias das classes dominantes ou rejeitam as “evidências,” ou acobertam

² É com base em um entendimento do papel de relevância desse hiato que buscamos aprofundar nossa reflexão.

as próprias relações entre os conhecimentos e os efeitos que estes produzem na esfera das práticas sociais, desvinculando as articulações entre os conhecimentos, tomados como universais, e os interesses aos quais servem a fim de obter, desta forma, ou a alienação ou o sentimento de impotência das massas operárias. Por outro lado, o diferencial do caráter novo das ideologias proletárias consistiria em trabalhar de maneira explícita e conseqüente a forma-sujeito. Mas, para ele, esse trabalho explícito, significa também não poder abrir mão de uma terceira modalidade subjetiva e discursiva, a qual integra o efeito das ciências e das práticas políticas que representam os conjuntos de interesses do proletariado, e sua intervenção na ordem histórica, e que tomam a forma de uma desidentificação.

Esta questão se torna crucial para Pêcheux, na medida em que as condições de transformação das relações de produção estão diretamente afetadas por domínios de saberes que resguardam o universo do conhecimento científico, sobretudo o conhecimento produzido por e para as classes dominantes, levando-o, portanto, a uma reflexão acerca do “caráter universal” da prática em torno do conhecimento científico e do modo como ela não pode deitar suas raízes de forma homogênea sobre o campo da prática política. Deste modo, ao destacar, em primeiro lugar, que: a) **os conjuntos de interesses das classes dominantes não atendem aos interesses do proletariado**, e, a seguir, que b) os conhecimentos produzidos por essas classes, por **não responderem às necessidades do saber de todos os sujeitos**³, uma vez que não há modo de produção de conhecimento alheio a interesses de classe, acabam instaurando brechas que precisam ser ocupadas, ainda que à revelia do “curso regular da história”⁴ e dos interesses dominantes no modo de produção capitalista.

Pêcheux passa a sustentar, então, a necessidade que a prática política proletária tem de tratar dos efeitos do conhecimento científico de forma

³ Os grifos são nossos.

⁴ Referimo-nos às condições de reprodução das relações de produção.

conseqüente e explícita, a fim de que sejam desarranjadas/rearranjadas as relações de produção.

Contestando, primeiramente, a concepção de que a prática de desidentificação corresponderia à anulação da forma-sujeito, isto é, a anulação de uma formação ideológica, e, no limite, o prenúncio do fim das ideologias⁵, Pêcheux caracteriza o processo de desidentificação, ancorado no próprio campo da prática política, como um trabalho de desarranjo-rearranjo da forma-sujeito, onde a ideologia, em uma perspectiva metafórica, funciona contra e sobre si mesma, para dar sustentação a uma prática nova, em virtude de os saberes que compreende uma determinada forma-sujeito não responderem mais à necessidade de constituição dos interesses, dos objetivos antagônicos que permeiam o modo de produção/reprodução/transformação das relações de produção.

Como as questões que afetam diretamente a Pêcheux dizem respeito à prática política marxista-leninista, este assinala (ibid.,p.207) que o deslocamento, a **transformação da forma-sujeito** pode ser ilustrada pela prática política proletária, por configurar-se como um corte que se produz na história, “como o desenvolvimento de uma nova luta”, de acordo com os objetivos e os métodos que são próprios à classe que passa a ocupar o poder, destacando também suas próprias relações de contradição através das posições que dominam no interior de uma mesma forma-sujeito, se considerarmos que tratamos, ao mesmo tempo, com relações de antagonismo e com conjuntos de interesses conflitantes no interior de uma mesma Fd. Do mesmo modo, as condições de transformação da forma-sujeito, embora não-divisíveis das de reprodução, se produzem como efeitos de relações desiguais, sob a forma de uma relação “particular” de desarranjo/rearranjo das relações de desigualdade já existentes, determinando o modo como os saberes se deslocam, e, em última instância,

⁵ Esta questão polêmica, levantada por Pêcheux, pode ser transferida para o espaço de controvérsias e de discussões colocadas em pauta por outros filósofos que se associam ao marxismo como Edgar Morin(1991)por exemplo.

como as práticas discursivas se reconfiguram, passando a reorientar suas relações com a prática política.

Visto sob este ângulo, o que se designa como tomada de posição do sujeito, somente pode ser entendido em relação ao modo como determinados saberes passam a reconfigurar as fronteiras de uma Fd., a posição identitária de uma Fd.

Pêcheux(ibid.,p.209) ressalta que as tomadas de posições representam, em primeira instância, interesses de classe, o que se elucida perfeitamente com os acontecimentos históricos que se reportam à Revolução Bolchevique, e sobre alguns dos quais nos debruçaremos mais adiante. Contudo, queremos frisar, desde já, com Pêcheux, que nem todas as práticas políticas de esquerda “ditas revolucionárias” podem ser qualificadas por um mesmo perfil, onde a divisão de classes ou de interesses de classe acompanha, de forma “equânime”, determinadas formas de desarranjo/rearranjo de saberes, a exemplo do que se deu com a Revolução Bolchevique na União Soviética, ou com a prática revolucionária da Confederação Operária Brasileira(COB)⁶ durante a Primeira República, a partir de uma convergência entre anarquistas, socialistas e operários. Assim, pois, na contingência de uma prática política de aliança entre “oligarquias e trabalhadores”, como ocorreu no período de governo Vargas, que conseguiu “somar” capital e trabalho, como se fossem forças passíveis de articulação, foi preciso pagar o ônus de se ter uma prática política que encetasse uma tomada de posição do sujeito capaz de contemplar interesses, objetivos completamente antagônicos no interior de uma mesma Fd, ainda que saibamos que suas fronteiras não sejam estáveis. Donde se pode inferir que os efeitos de deslocamento, das relações de desarranjo-rearranjo do modo de apropriação de saberes, em dados momentos históricos, podem ser traduzidos, senão de forma paradoxal, pelo menos de “forma estranha” aos propósitos que Pêcheux

⁶ Cabe ressaltar o fato de que a fundação da primeira Confederação Operária Nacional(COB) no Brasil, em 1906, constituiu-se em um acontecimento histórico, na medida em que a mesma foi instituída a partir de uma aliança entre todos os segmentos de esquerda do país, com vistas ao enfrentamento das oligarquias e do patronato.

caracterizou como modos explícitos e conseqüentes de transformação⁷ do modo de produção da classe proletária.

Quais as conseqüências do que assinalamos sobre o campo empírico da prática política, se considerarmos que as práticas políticas de “tipo novo”, as “revoluções da modernidade” não podem pressupor como condição essencial para sua tática de intervenção no modo de produção das relações de produção, a produção de rupturas tão conseqüentes com as relações de produção hegemônicas ou já cristalizadas?

Ora, se as constatações de Pêcheux obrigam-no a considerar a relevância de uma prática política explícita e conseqüente, como forma de instauração de um movimento de ruptura com os saberes científicos e as práticas políticas que dão sustentação às classes economicamente dominantes, também possibilitam com que nos reportemos à tese “aparentemente escandalosa” de Althusser(1999), a qual, segundo Pêcheux(1994:145), torna-se objeto de polêmica por reportar-se ao fato de que “também os partidos e os sindicatos⁸ têm uma função subalterna, mas inevitável de “garantir o contato, o diálogo com as classes adversárias ao proletariado”, suscitando a revolta, por parte destes, em uma conjuntura histórica, onde a organização proletária estaria subordinada às práticas sociais e de produção de conhecimento burguesas. Cabe, aqui, então, retomar as considerações iniciais de Pêcheux, a respeito da indivisibilidade entre reprodução/transformação e considerar alguns de seus aspectos para fins de debate, tais como: a) se a modalidade de desarranjo/rearranjo pressupõe uma relação de transformação e não uma prática do tipo revisionista, constituída por reformas pontuais, até que ponto, as classes do proletariado que se tornam hegemônicas conseguem arcar com o ônus de desarranjar saberes e práticas já cristalizados para rearranjá-los segundo

⁷ Fazemos referência, aqui, às práticas políticas que visam à emancipação do proletariado.

⁸ Althusser(1999) reporta-se ao fato de que os aparelhos sindicais, ao representarem os interesses dos trabalhadores, mas, ao ocuparem um lugar de exceção no seio do aparelho ideológico estatal, como instituições formalmente reconhecidas, têm sua ação intersectada por interesses contraditórios. Deste modo, para ele, o desenvolvimento expressivo da luta de classes acaba ocorrendo, de modo não transparente, fora da esfera dos aparelhos formais, através da ação direta do proletariado.

seus interesses? Em outras palavras, de que forma é possível considerar o processo de desidentificação como um modo de subjetivação conseqüente, se este não pode desvincular-se das práticas de coerção políticas, econômicas ou educacionais antagônicas aos interesses do proletariado, sem estar sujeito também à reprodução? Seguramente, segundo nosso ponto de vista, seria este o alicerce mais resistente da teoria peucheuxtiana acerca das modalidades de subjetivação. Mantemos, então, esta afirmação em destaque, para, a seguir, reportarmo-nos a um acontecimento histórico-discursivo: a) o Projeto Educacional⁹ proposto pelo “Estado Revolucionário” após a Revolução Bolchevique, o qual foi implantado por Lênin durante a sua gestão na União Soviética. E a fim de problematizarmos as questões que colocamos diante de nós, trabalharemos com recortes discursivos tomados de seu próprio “testamento político”, o qual foi constituído por discursos proferidos aos operários e camponeses soviéticos, em face da necessidade de transformar as bases que sedimentaram a política e a cultura mencheviques em bases nacionais, a fim de garantir a construção de um Estado voltado para os ideais do proletariado. Antes, porém, de iniciarmos a análise de recortes dos textos “Êxitos e dificuldades do poder soviético” e “I Congresso de Alfabetização de Adultos Para Toda Rússia” publicados em “Obras Escolhidas” de Lênin, e que, desde 1919 já circulavam, de forma panfletária, entre os membros do PCS, cabe tecer algumas considerações a respeito das condições históricas em que estes se produzem.

1. Condições de Produção de Uma Prática Política Transformadora: as relações de desarranjo/rearranjo no campo educacional soviético

Já em 1917, após a Revolução Bolchevique, e a formação de um Estado Revolucionário de caráter permanente, Lênin apresentava como seu maior e grande projeto, na área educacional o projeto de Educação e Alfabetização de Adultos, ao invés de um investimento prioritário, por

⁹ Fazemos referência ao Projeto de Alfabetização de Adultos, tido por Lênin como o estandarte de transformação das condições de vida do proletariado, no campo educacional.

exemplo, na educação fundamental, tendo em vista o fato de que os operários e camponeses bolcheviques formavam um contingente de milhares de analfabetos, sendo incapazes, portanto, de ocupar espaços na nova organização superestrutural que se consolidava. Cabe somar-se ainda a esta realidade vigente, o fato de que Lênin não dispunha de consenso, entre os integrantes do Partido, sobre as estratégias fundamentais para o desencadeamento de práticas políticas necessárias à emancipação das massas, já que uma parte não concordava sobre a necessidade de se exigir cultura e educação dos proletários que iriam ocupar espaços de poder, enquanto outra parte propunha o aproveitamento dos ditos “antigos mencheviques” na esfera estatal, considerando que estes possuíam os requisitos para administrar e educar o proletariado, ainda que comungassem com saberes contraditórios e até mesmo antagônicos aos propostos pelo “espírito da revolução”. É, pois em face da divisão dos militantes em posições de sujeito conflitantes, sendo as últimas contra-identificadas aos saberes propagados pelo Suj. universal - o Partido - que será proferido um discurso que promova, ao mesmo tempo, o “consenso” e a desidentificação do sujeito bolchevique com as práticas estatais burguesas instauradas pelo regime czarista. Para fins específicos do estudo que ora tentamos realizar, trabalharemos, então, com algumas seqüências de discursos de Lênin dirigidos aos operários e aos integrantes do PCS e reproduzidos em “La Cultura Y La Revolución Cultural”(1974).

Sd1 “Os velhos socialistas utópicos imaginavam que seria possível chegar a construir o socialismo com homens de tipo novo, que se começaria a preparar homens muito bons e puros, magnificamente educados, para construir com eles o socialismo. Nós rimos disto, e sempre temos dito que era um socialismo para moças de pensionato”.(Lênin, 1974.,p59)

Sd2 “Nós queremos construir o socialismo com a ajuda de homens e mulheres educados pelo capitalismo, estropiados e corrompidos pelo capitalismo...(ibid.,p.60)

Sd3 “ No que se refere à economia nacional, todos os agrônomos, os engenheiros, os professores, todos procedem da classe dominante, não caíram do céu...A ciência e a técnica são somente para os ricos; o capitalismo somente dá cultura a uma minoria. E com esta cultura é que temos de construir o socialismo, não dispomos de outro material.” (ibid.,p.60)

Sd4 “Como obrigar os adversários do comunismo a construí-lo, como construir o comunismo com os ladrilhos fabricados pelo capitalismo, para utilizá-los em nosso favor? Não dispomos de outros ladrilhos, e com estes ladrilhos, sob a direção do proletariado, devemos obrigar os especialistas burgueses a construir nosso edifício. Isto é difícil, mas aí reside a garantia da vitória.” (ibid.,p.61)

Sd5” Portanto, quando falamos de utilizar os serviços dos especialistas, não devemos perder de vista os ensinamentos da prática política soviética; ao longo deste ano temos vencido aos exploradores, mas agora temos que resolver o problema de aproveitar os capitalistas burgueses. E, aqui, repito, a violência por si só não basta. Aqui, além da violência, após haver triunfado com a violência, necessitamos da organização, da disciplina e do peso moral do proletariado vitorioso que subordinará a sua vontade todos os especialistas burgueses, incorporando-os ao seu trabalho.”(ibid,p.61)

Conforme pode-se observar, já a sd 1 permite que identifiquemos posições contraditórias de sujeito no interior da Fd do PCS; de um lado são colocados como utópicos aqueles que acreditavam ser possível dar sustentação ao Estado revolucionário somente com o operariado e o campesinato, e de outro, como realistas os que entenderam não ser possível contar, a curto prazo, com camaradas instruídos e cultos, uma vez que o proletariado soviético estava constituído por um contingente de milhares de analfabetos. Essa relação de conflito entre posições de sujeito contraditórias, no entanto, já possui um encaminhamento leninista, a partir do qual os mencheviques passariam a ser incluídos nas decisões do Partido sobre o futuro do Estado, conforme nos mostra a Sd2: “nós queremos o socialismo com a ajuda de homens e mulheres educados pelo capitalismo..”, mas de um

modo novo; isto é, a partir de uma contra-identificação com o Sujeito do saber da Fd comunista, visto que é a necessidade imposta pela contingência do vivido que passa a desafiar tais saberes, conforme nos mostra a Sd3 “...todos os agrônomos, os engenheiros, os professores, todos procedem da classe dominante, não caíram do céu...E com esta cultura é que temos de construir o socialismo, não dispomos de outro material.” Assim, se a única solução possível, em face das dificuldades enfrentadas pelo Estado, seria tomar os mencheviques para instruir e qualificar os bolcheviques, o discurso político proferido aos últimos, não se produz senão para desarranjar determinados saberes tidos como dominantes dentro do próprio Partido.

Em se lidando, por outro lado, com uma prática política revolucionária, sustentada com os fins de transformar as condições de produção das relações de produção, tratar-se-ia de não somente de desarranjar saberes, mas , sobretudo, de reorganizá-los a fim de que viessem a dar legitimidade aos interesses do proletariado russo.E nisto consistiria o processo de desidentificação com os saberes mencheviques. Assim, as sds 4,5 e 6 e 7 permitem que observemos algumas particularidade no modo de desarranjar/reorganizar as relações de dominação:

Sd4”... não dispomos de outros ladrilhos, e com esses ladrilhos sob a direção do proletariado, devemos obrigar os especialistas burgueses a construir nosso edifício.”

Sd5 “Agora devemos educar um novo exército de professores e educadores que deve estar estreitamente vinculado ao partido, a suas idéias,..deve atrair as massas operárias, insuflar-lhes o espírito do comunismo e interessá-los no que fazem os comunistas.

Sd6 “..ao longo destes anos temos vencido aos exploradores, mas agora temos que resolver o problema de aproveitar os capitalistas burgueses. .. Aqui, além da violência, após haver triunfado com a violência, necessitamos da organização, da disciplina e do peso moral do proletariado...que subordinará todos os especialistas burgueses incorporando-os ao seu trabalho.”

Sd7 “ Se nos detivermos no que estamos fazendo para ensinar os analfabetos, penso que teremos de concluir que temos feito muito pouco, e nesse terreno nosso dever é compreender que torna-se essencial organizar o proletariado. O importante não são as frases ridículas postas no papel, senão a implantação de medidas de que o povo necessita urgentemente e que obrigam a todos os que sabem ler e escrever a considerar como seu dever instruir os analfabetos. Isto é o que diz ¹⁰nosso decreto. E, sem dúvida, nesse terreno não se há feito quase nada.”(ibid.p.80).

Pode-se constatar, através das sds acima, que os discursos de Lênin, contra-identificados aos saberes dominantes no interior do Partido, vêm a caracterizar, conforme nos sugere Pêcheux(1988), uma prática política explícita e conseqüente, na medida em que este tem a lucidez de alertar tanto o povo soviético como os dirigentes do Partido para os fatos de que: a) não haveria como emancipar o proletariado intelectualmente sem a participação dos intelectuais que pertenciam a outras classes¹¹; b) decretos não seriam suficientes para transformar os analfabetos em cidadãos livres da ignorância. Por outro lado, observa-se também que o modo de articulação entre os fins e as formas que consolidariam a produção das relações de transformação do Estado Menchevique em Estado Revolucionário, não se dá senão pelo viés de práticas coercitivas, conforme demonstram os recortes que analisamos: sd4 “...devemos obrigar os especialistas burgueses a construir nosso edifício.”

Sd5 “...devemos educar um novo exército de professores e educadores que deve estar estreitamente vinculado ao partido, a suas idéias...”
sd6”...além da violência, após haver triunfado com a violência, necessitamos da organização...” sd7”... medidas de que o povo necessita... e que obrigam

¹⁰Lênin faz referência ao decreto “Sobre a mobilização dos alfabetizados e a organização da propaganda do regime soviético” aprovado em 10 de dezembro de 1918, e que, a partir de um censo realizado entre os cidadãos alfabetizados, dispôs também sobre critérios para constituição de grupos que deveriam fazer circular entre a população, em geral, as medidas adotadas pelo governo para mudar o panorama intelectual da nação.

¹¹ Reportamo-nos, sobremaneira, aos integrantes do Prolekult, instituído em 1917 com fins educativos e culturais. Seus membros, entretanto, foram criticados por Lênin em virtude de representarem os interesses da pequena burguesia, propagando, entre o proletariado, segundo ele, teorias educacionais absurdas que em nada viriam a contribuir para o desenvolvimento da intelectualidade bolchevique.

a todos que sabem ler e escrever a considerar como seu dever instruir os analfabetos...”

Assim, se as práticas políticas que visam a desarranjar as condições em que se produzem os saberes estatais (jurídicos, científicos, pedagógicos), com vistas a emancipar o proletariado, passam a produzir um forte impacto, gerando, incontestavelmente, outro modo de produção das relações de produção, passam também a reproduzir, no novo Estado, heranças dos saberes mencheviques; isto é, o novo paradigma leninista de produção de conhecimento não consegue abrir mão da violência, da coerção partidária sobre os militantes e não-militantes, e da ação da burocracia do estado sobre o trabalho intelectual. E por pressupor poder administrar o aparelho educacional, entendendo que somente os bolcheviques poderiam participar do processo de alfabetização de adultos, de forma autônoma e livre da coerção, ao contrário dos mencheviques dissidentes, por exemplo, acaba, por fim, instaurando a desigualdade entre os agentes e os executantes do Programa de Alfabetização. Em consequência, as condições de execução da prática educacional para o proletariado, que deveriam estar alicerçadas às condições em que a base infraestrutural – as forças orgânicas – viria a tratar o conhecimento como matéria prima para transformar o modo de relação dos bolcheviques com o campo da produção intelectual, fica atrelada a uma prática política justificada pelos fins, mas míope em relação ao valor dos meios para a realização do programa de Alfabetização de Adultos. É, pois, esta fissura entre os fins propostos pela prática política revolucionária e os meios de que se serve para tal que nos permite caracterizar o fato de que, não sendo os meios e os fins, para obter a desidentificação, igualmente priorizados, o Estado revolucionário acaba não podendo, conviver com a transformação sem gerar, simultaneamente, a reprodução de práticas políticas já sedimentadas durante a hegemonia imperialista, abrindo fendas, conseqüentemente, entre o modo de representação das relações de desarranjo/rearranjo e o campo da práxis. Eis porque, a partir da tese da

indivisibilidade entre reprodução/transformação, proposta por Pêcheux(1988), podemos concluir que o ideal da prática política revolucionária torna-se infalivelmente sempre um ideal inacabado, uma equação sem fim, em relação aos saberes que a forma-sujeito demanda como condições que se impõem aos sujeitos proletários para concretizar os rearranjos do modo de produção das relações de produção que atendem aos interesses capitalistas. Entretanto, somente a partir desse hiato, a que está também sujeita a prática política revolucionária, entre o acobertamento da reprodução e a ação transformadora em favor da concretização dos interesses e das práticas que impulsionam o desarranjo dos interesses mercantilistas sobre o modo de produção das relações de produção é que se fez possível a conquista de novos espaços históricos para a ocupação das classes proletárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. Os aparelhos ideológicos de estado político e sindical. *Sobre a reprodução*. Traduzido por Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, Ed. Vozes, 1999.

BALIBAR, Étienne. A filosofia de Marx. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar , 1995

COURTINE, Jean-Jacques. Quel objet pour l'analyse du discours? *Matérialités discursives*. Lille, Presses universitaires de Lille, 1981, p.21-33.

Lênin, Vladimir I.[I kongress rossia obutchenia vzroslich] / *Congresso De Toda Rússia Para Alfabetização de Adultos*. Leningrad, Pravda, nº 96, 7.05.1919

_____. *La cultura y la revolucion cultural*. Buenos Aires, Ed. Polemica,1974.

_____. *Obras escolhidas*. São Paulo, Ed. Alfa-Ômega,1979.

_____. *Últimos escritos(testamento político) & diário das secretárias*. Belo Horizonte, Ed. Aldeia Global, 1979.

MANDEL, Ernest. *La teoria leninista de la organización*. México, Ed. Era, 1976. (Série Popular)

MORIN, Edgar. *Os problemas do fim do século*. Lisboa, Ed. Notícias, 1991.

PAILLARD, Denis. Russie/URSS: le discours national russe comme mémoire et refus. *Langages: mémoire, histoire, langage*. COURTINE, Jean-Jacques(org). Paris, Ed. Larousse, nº114, juin 94, p.98-108.

PÊCHEUX, Michel. Remontémos de Foucault a Spinoza. *El discurso político*. MONTEFORTE, Mario(org), México, Editorial Nueva Imagem, 1980.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, Ed. Pontes, 1988.

ZANDWAIS, Ana. A confederação operária na primeira república: condições de formação de uma formação discursiva sindical. *Ensaio: discurso, memória, identidade*. INDURSKY, Freda, CAMPOS, Maria do Carmo(orgs). Porto Alegre, Ed. Sagra/Luzzatto, vol.15, 2000, p.141-50.